

CAMPANHAS NACIONAIS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS (1947-1963)

Polyanna Silva Goronci¹

Eixo temático: 1. Alfabetização e políticas públicas

Resumo: Este artigo compõe uma pesquisa de mestrado que tem como objetivo discutir os discursos da Unesco sobre a alfabetização de adultos no período de 1945 a 1965. Fundamenta-se teórica e metodologicamente na perspectiva de linguagem bakhtiniana (BAKHTIN, 2011), que é enunciativo-discursiva, e se materializa nos múltiplos contextos de interação verbal. Intenta dialogar sobre as campanhas nacionais de alfabetização de adultos desenvolvidas no Brasil no período de 1947 a 1963. Conclui que as campanhas de alfabetização de adultos foram formatadas sob as recomendações do BIE-Unesco, constando: o desenvolvimento de técnicas de ensino para as massas, o interesse de publicação do material de alfabetização de adultos pelas editoras e a instrução de promoção de eventos atrativos no meio rural de modo que se evitasse o êxodo rural.

Palavras-chaves: Alfabetização de adultos; políticas.

Introdução

Este texto apresenta uma discussão sobre as campanhas de alfabetização de adultos desenvolvidas no Brasil no período de 1947 a 1963. Com o forte crescimento econômico de meados do século XX, baseado nos processos de urbanização e industrialização, o Brasil passou a demandar mais mão de obra escolarizada. Esse cenário privilegiou as ações da Organização das Nações Unidas (ONU),² pós-Segunda Guerra, que, nas palavras de Paiva, Haddad e Soares (2019, p. 5), “[...] passou a promover a importância em ligar programas de alfabetização ao desenvolvimento e à construção da paz. Desses movimentos nasceram as primeiras políticas públicas, ainda tímidas, voltadas a atender a necessidades da economia”.

¹ Graduada em Pedagogia. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes. Professora da Educação Básica do Estado do Espírito Santo. Contato: pgoronci@hotmail.com.

² Organização intergovernamental criada em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, para “promover a cooperação internacional” e impedir outro grande conflito armado entre as nações. No período da sua fundação, faziam parte 51 Estados membros, dentre eles, o Brasil. Tem sede localizada em Manhattan, Nova Iorque, EUA.

As campanhas de alfabetização de adultos implementadas no Brasil no marco temporal deste estudo foram: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) de 1947 a 1963, Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) de 1952 a 1963 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) de 1958 a 1963. Encontramos nos trabalhos de Costa (2012), Souza Junior (2012), Silva (2015), Cuba (2019), Barreiro (2010), Pereira (2013) relevantes apontamentos sobre essas campanhas, contudo, elas não foram relacionadas a nenhuma orientação internacional. Portanto, a pesquisa da qual este texto faz parte, intenta discutir essa interferência.

2 Fundamentação teórico-metodológica

A perspectiva de linguagem bakhtiniana nos orienta teórica e metodologicamente. Nessa concepção fundamentada em Bakhtin (2011), a linguagem é concebida como uma produção especificamente humana. É dialógica, pois ocorre entre os sujeitos com a alternância de vozes; e polifônica, porque é habitada por diferentes vozes. Dessa forma, a linguagem é o material por excelência da constituição humana, uma vez que é produzida historicamente nas relações estabelecidas entre os sujeitos. É viva, em constante transformação. Portanto, a linguagem não é individual, mas social, não pertence a um indivíduo, mas ao grupo social que faz uso dela, constituindo-a nas enunciações.

Assim, as enunciações compostas pelos diferentes discursos é o que constitui a linguagem. De acordo com Bakhtin (2011, p. 371): “Não pode haver enunciado isolado. Ele sempre pressupõe enunciados que o antecedem e o sucedem. Nenhum enunciado pode ser o primeiro ou o último. Ele é apenas o elo na cadeia e fora dessa cadeia não pode ser estudado [...]”. Nesse sentido, as campanhas de alfabetização de adultos são eventos-enunciados que propagam determinados conteúdos que são intencionalmente direcionados para a constituição das sociedades e, portanto, precisam ser compreendidos.

A noção de compreensão é ativa e dialógica, parte do “[...] correlacionamento com outros textos e reapreciação em um novo contexto (no meu, no atual, no futuro) [...]. O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto)” (BAKHTIN, 2011, p. 401). Defende que “[...] Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo [...] Por trás desse contato está o contato entre indivíduos e não entre coisas [...]” (p. 401). Nesse processo de compreensão da palavra do outro, há o encontro das consciências, de horizontes, de pensamentos plenos de respostas. À luz dessa orientação, dialogaremos com as campanhas de alfabetização de adultos desenvolvidas no Brasil.

3 Resultados e Discussão

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi a primeira movimentação nacional, criada pelo Estado e coordenada pelo então Ministério da Educação e Saúde, desenvolvida no período compreendido entre 1947 e 1963, ano em que foi extinta. Encontramos, nos trabalhos de Costa (2012), Souza Junior (2012), Silva (2017) e Cuba (2019), diferentes questões de investigação sobre a campanha, apontando como ocorreu seu desenvolvimento nas diferentes regiões brasileiras.

As pesquisas supracitadas versam sobre as seguintes temáticas, respectivamente: a CEAA no Brasil e no Estado do Espírito Santo com suas múltiplas incursões e o projeto civilizador por meio do discurso aglutinador de pátria, saneamento e educação; a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar) e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil e seus contextos políticos, sociais e econômicos; a trajetória da CEAA no município de Uberlândia/MG com foco nas características das escolas noturnas e nas representações construídas e divulgadas pela imprensa sobre os sujeitos analfabetos; e os discursos de moral e civismos veiculados nos livros didáticos da “Coleção Educar” utilizados na CEAA.

Para termos uma ideia ampliada do desenvolvimento da CEAA, podemos explicar que o movimento se deu em três fases: a primeira (1947-1950) consistiu no ensino supletivo por meio da alfabetização, em um período de três meses, e ensino primário em dois períodos de sete meses, seguidos, na segunda fase da campanha (1951-1954), de treinamento profissional e de ações de desenvolvimento comunitário, atingindo principalmente a zona urbana e, por fim, a terceira fase, que se estendeu do final dos anos 1950 até o início dos anos de 1960, no centro das discussões da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, documento que especificou as novas finalidades da educação brasileira.

Pouco antes da implementação da CEAA, ocorreu, em 1943, a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário e do Ministério da Educação que deu início a uma sucessão de assinatura de convênios com os Estados, exigindo destes a participação dos municípios com o intuito de expandir o ensino primário. O ensino supletivo de adolescentes e adultos (uma das fases da campanha) constituiu-se em parte da política de intervenção da União no ensino comum a “todos(as)” os(as) brasileiros(as). Sobre a concretização da CEAA no país, Fávero ([2009?], p. 3) nos informa que ela

[...] teve grande penetração em praticamente todos os estados da federação. Com firme coordenação de Lourenço Filho, estabeleceu convênios com muitas secretarias dos estados e municípios. Não se limitou a atuar nas

capitais, atingiu muitas cidades do interior. Significou, ao mesmo tempo um movimento de alfabetização de adultos e um movimento de extensão da escolarização no meio rural.

Partindo dessas considerações sobre a CEEA, embora definindo como educação de adultos, os autores das pesquisas que elencamos para a interlocução teceram críticas à campanha, considerando que o plano de fundo da sua proposição era uma concepção de alfabetização como atividade autônoma, privilegiando os aspectos mecânicos da leitura e da escrita. Por fim, caracterizando-se com sentido restrito de aprender a assinar o nome para tirar o título de eleitor ou “ferrar o nome” como criticou Paulo Freire, mais tarde, citado por Fávero ([2009?], p. 3), tornando-se uma “fábrica de eleitores”.

Percebemos, portanto, nessa perspectiva, que a alfabetização, por meio da escolarização, foi parte integrante de um projeto que menos interessava a uma sociedade com adolescentes e adultos leitores e conscientes do seu lugar de classe, de posicionamentos, de respostas, na construção da sociedade e mais para atender a uma questão de poder em favor da permanência de privilégios de uma determinada ordem social, econômica e, em tudo, política.

Assim, concordamos com Costa (2012, p. 20), ao discutir a CEEA, esclarecendo que “[...] a alfabetização e a escolarização, com suas tensões inerentes, lançavam condições para o controle social, por meio da estigmatização sobre o analfabeto, sob o rótulo de um ser inferior aos outros [...]”. Em vista disso, a CEEA, primeira política pública no Brasil voltada à escolarização de adolescentes e adultos, caracterizada como palavra do outro (do discurso das leis, da campanha, dos materiais didáticos), construiu sentidos sem sequer oportunizar contrapalavra ao sujeito não alfabetizado.

Prosseguindo no diálogo sobre as campanhas de alfabetização de adultos realizadas no Brasil, temos a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), discutida nos trabalhos de Barreiro (2010) e Pereira (2013). Essas pesquisas buscaram compreender como se desenvolveram os trabalhos educativos da CNER para atender às demandas relacionadas com a habitação, saúde, lazer e promover a educação política.

A CNER foi instituída em 1952, no governo de Getúlio Vargas, embora tenha sido oficializada somente no ano de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, sendo extinta em 1963. Compreendida no contexto da história brasileira como nacional-desenvolvimentista, principalmente pela transformação do modelo agroexportador para o industrial, o crescente processo de industrialização do país fomentou o crescimento de uma sociedade urbana em detrimento do arrefecimento das populações rurais. Dessa forma, Barreiro (2010, p. 16) traz o Decreto n.º 38.955, de 27 de março de 1956, que explica a que se destinava a CNER:

[...] difundir a educação de base no meio rural brasileiro [...] levar aos indivíduos e às comunidades os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, conduzindo as crianças, os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma ideia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem, eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem (RCNER, 1956, v.3, p.10).

Conforme as discussões da autora, no bojo da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, em 1946, no governo de Eurico Gaspar Dutra, o meio rural passou por avanços significativos no sentido de regulamentação das modalidades de ensino nos níveis primário, secundário, normal e preparação profissional do trabalhador agrícola. Esses movimentos se concretizaram por meio da criação de clubes agrícolas escolares, missões rurais, semanas ruralistas, radiodifusão e cinema educativo como recursos didático-pedagógicos utilizados para atrair o homem do campo.

Considerando, portanto, essa implementação de políticas educacionais no campo, a CNER partia da compreensão de que era necessário “[...] fomentar o progresso e o desenvolvimento do setor primário da economia e, por conseguinte, entre todos aqueles que viviam no meio rural” (PEREIRA, 2013, p. 44). Todavia, esse ideal tinha um duplo sentido, pois, com a industrialização das cidades, ocorria uma grande migração para os centros urbanos e não havia estrutura para receber o grande contingente de mão de obra marcadamente não qualificada para atender às demandas da cidade.

Com a finalidade de garantir o crescimento econômico, por meio da industrialização, inclusive no campo, era forte a pressão que o governo de Juscelino Kubistchek exercia em favor da exploração da mão de obra do trabalhador rural, com o objetivo de elevar a produção do campo. Sendo assim, de acordo com Pereira (2013), a educação era concebida como suporte de mecanismos técnicos para elevar a qualificação profissional dos jovens e adultos e, conseqüentemente, promover um retorno econômico ao Estado por meio do aumento da produtividade nas lavouras.

Desse modo, não temos dúvidas, ancorada nos resultados das pesquisas, de que essa campanha trouxe avanços para o campo, promovendo a melhoria das estruturas escolares, oportunidade para as pessoas do campo estudar de forma mais apropriada, ao mesmo tempo em que puderam aprimorar suas técnicas de cultivo, possibilitando melhores condições de vida. Porém, concordamos com Pereira (2013) que diz que a CNER agiu, sobretudo, como uma forma de fixar o homem no campo. Em outras palavras, conforme Barreiro (2006, p. 124, grifo do autor) citado por Pereira (2013, p. 61), a CNER teve como objetivo fundamental:

[...] adequar os camponeses [e camponesas] ao novo modelo de desenvolvimento para torná-los cidadãos [e cidadãs] e ‘elevar seus padrões culturais’, concebidos pelo programa como atrasados e inferiores do ponto de vista cultural. Nos anos de 1950, as preocupações do governo brasileiro encaminhavam-se no sentido de promover o desenvolvimento econômico, também como estratégia para evitar a penetração do comunismo e preservar os ‘ideais democráticos’.

Para fecharmos o ciclo das campanhas de alfabetização de adultos desenvolvidas na metade do século XX, lembramos que surge, em janeiro de 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) com o interesse do então presidente Juscelino Kubitschek e a participação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Assim, por meio de um plano piloto, no município mineiro de Leopoldina, terra natal do então ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, a CNEA foi um projeto experimental destinado à educação popular.

A campanha objetivava, de acordo com o MEC (1958, p. 3), citado por Souza Junior (2012, p. 36), “[...] dotar a população brasileira com a mera capacidade de ler [...]” e concebia o analfabetismo como “[...] um fenômeno social que é – tem causas sociais e econômicas, que devem ser conhecidas a fim de que, compreendendo-o na sua interrelação e no seu contexto, o possamos controlar e dominar [...]”. O plano piloto consistia na implementação da CNEA em um município de cada região do Brasil.

Subordinada ao MEC, a campanha possuía um Plano de Trabalho Experimental (1958) e, dentre as cinco ações prioritárias, havia a “[...] organização de classes de alfabetização e educação de adultos” (SOUZA JUNIOR, 2012, p. 37). Todavia, as experiências com as implementações das ações eram conclusivamente contra as campanhas de massa, enfatizando o papel fundamental da escolarização das crianças como solução para o analfabetismo. Assim, a CNEA levou à expansão da rede escolar primária e, conseqüentemente, da ampliação da escolaridade.

Como consequência desse movimento de prolongamento da escolaridade, de acordo com Paiva (2003), pode ter havido a primeira experiência de promoção automática nos anos iniciais, evitando que a reprovação conduzisse à evasão do(a) aluno(a). Esse fato ocasionou a criação emergencial de salas para alunos adolescentes, de modo que, cada vez mais, direcionasse esse público para as classes de alfabetização e educação de adultos. Havia, também, de acordo com a autora, um incentivo financeiro às professoras dessas classes, conforme os números apresentados de frequência e aprovação dos(as) alunos(as).

Por fim, em meio aos desafios e contradições da CNEA, Paiva (2003, p. 247) destaca que “[...] muitas de suas recomendações e conclusões chegaram efetivamente a influenciar a direção tomada pelos serviços educacionais em algumas partes do país”, no entanto, ocorreu

a extinção da campanha em 1963, bem como da CEAA e da CNER. Dessa forma, a extinção das campanhas, conjuntamente, não se deu somente por motivo de orçamento insuficiente para subsidiar as atividades mas, principalmente, pelo discurso da pouca ou nenhuma visibilidade dos resultados.

4 Considerações Finais

Partimos do pressuposto que cada campanha de alfabetização desenvolvida no Brasil no período de 1947 a 1963 subjaz ao contexto político e econômico da constituição da sociedade em um novo contexto mundial do pós Segunda Guerra. Assim, ocorreram variadas ações dos recentes criados organismos internacionais, sobretudo nos países empobrecidos, com a intenção de fomentar políticas voltadas a formar um determinado sujeito que pudesse estar adaptado às novas demandas econômicas.

Tais campanhas sofreram influências políticas e pedagógicas das recomendações de organismos internacionais, especialmente por meio do Bureau Internacional de Educação (BIE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como investigamos em nossa pesquisa de mestrado. Nessa perspectiva, concluímos que as recomendações encaminhavam a alfabetização de adultos por meio de campanhas; os materiais de alfabetização eram direcionados pelas editoras e, por fim, deveriam ser promovidos eventos atrativos para evitar o êxodo rural.

Dessa maneira, garantia-se a formação de sujeitos adaptados tanto no campo quanto na cidade, de forma a garantir condições para um avanço de melhores condições no meio rural, do mesmo modo que formava mão de obra adaptada às novas transformações tecnológicas e industriais que um mundo moderno de expansão do capital financeiro se ancorava. Nesse contexto, uma concepção de alfabetização que menos oportunizava a constituição da própria palavra dos sujeitos e mais para a adaptação mecânica que nada tinha a considerar o contexto experienciado pelos adultos.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BARREYRO, Gladys Beatriz. O "Programa Alfabetização Solidária": terceirização no contexto da reforma do Estado. **Educar em Revista**, Curitiba: UFRR, n. 38, p. 175-191, set./dez. 2010. Editora UFPR.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. **A campanha de educação de adolescentes e adultos no Brasil e no estado do Espírito Santo (1947-1963): um projeto civilizador**. 2012. 247f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

CUBA, Rosana da Silva. **Os discursos sobre moral e civismo em livros da coleção Educar (1962) distribuídos a estudantes brasileiros da CEAA: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947-1963).** *Estudos Semióticos*, [São Paulo], v. 15, n. 2, p. 307-327, semestral/dez. 2019.

FÁVERO, Osmar. **Memória das campanhas e movimentos de educação de jovens e adultos (1947-1966).** Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/files/leiamais.apresenta.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

PAIVA, Jane; HADDAD, Sérgio; SOARES, Leôncio José Gomes. Pesquisa em educação de jovens e adultos: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos. **Rev. Brasileira de Educação**, v. 24, e240050, 2019.

PEREIRA, Priscila Leandro. **Educação rural na Paraíba (1946-1961): um meio para fixar o homem no campo.** 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SILVA, Carla Cristina Jacinto da. **História da educação de adolescentes e adultos: as campanhas e as instituições de ensino noturno de Uberlândia – MG (1947-1963).** 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SOUZA JUNIOR, Mauro Roque de. **A Fundação Educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil.** 2012. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.